MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Aviso n.º 3490/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos conjugados dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e das disposições constantes no Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Março, torna-se público que, por despacho da secretária-geral do Ministério da Justiça, encontra-se aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na bolsa de emprego público ou no *Diário da República*, procedimento concursal de selecção para provimento do cargo de chefe de divisão de Economato e Património.

2 — Publicitação — a oferta de emprego será ainda publicada na 2.ª série do *Diário da República* e em órgão de imprensa de expansão nacional.

3 — Área funcional — economato e património.

4 — Requisitos legais de provimento — nos termos do artigo 21.º do diploma que rege o recrutamento, selecção e provimento dos cargos de direcção intermédia, os candidatos deverão deter:

- a) Licenciatura;
- b) Quatro anos de experiência profissional em funções, cargos ou carreiras para cujo exercício ou provimento seja exigível licenciatura;
- c) Competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo.

4.1 — Requisitos preferenciais:

- a) Licenciatura em Direito;
- b) Experiência profissional na área funcional de economato e património.

5 — Métodos de selecção — serão utilizados os seguintes métodos de selecção:

- a) 1.ª fase — avaliação curricular geral e específica, em que serão considerados os requisitos estabelecidos no n.º 4 do presente aviso;
- b) 2.ª fase — entrevista pública.

6 — O júri poderá considerar que nenhum dos candidatos reúne condições para ser nomeado.

6.1 — Havendo candidato seleccionado, o júri elaborará proposta de nomeação, com indicação das razões por que a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos.

6.2 — O presente procedimento concursal é urgente e de interesse público, não havendo lugar a audiência de interessados, sendo, no entanto, todos os candidatos notificados do resultado do mesmo.

7 — Forma de provimento — a nomeação será efectuada em comissão de serviço pelo período de três anos, eventualmente renovável por iguais períodos de tempo, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

8 — Formalização das candidaturas — deverão ser efectuadas mediante requerimento, redigido em papel branco, normalizado, nos termos do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, dirigido à secretária-geral do Ministério da Justiça, podendo ser entregue pessoalmente no serviço de expediente da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, sito na Rua do Ouro, 6, 1149-019 Lisboa, durante o horário de expediente, em envelope fechado, com referência expressa «Procedimento de concurso para provimento do cargo de chefe de divisão de Economato e Património», ou remetido por correio registado com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, devendo constar do requerimento os seguintes elementos:

- a) Identificação completa, (nome, filiação, número e validade do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, número de identificação fiscal, residência, código postal e número de telefone para eventual contacto);
- b) Habilitações literárias;
- c) Identificação do cargo a que se candidata, com indicação da referência do aviso, do número e da data do *Diário da República* em que o mesmo foi publicado ou número e data de registo na bolsa de emprego público;
- d) Identificação da categoria/cargo detido, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- e) Experiência profissional, com indicação das funções com maior interesse para o cargo;
- f) Identificação dos documentos que instruem o requerimento de admissão ao concurso.

9 — O requerimento deverá ser obrigatoriamente acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Três exemplares do currículo profissional, detalhado, datado e assinado, do qual devem constar, obrigatoriamente, as funções que exerce e as que exerceu, com indicação dos respectivos períodos de duração, e as actividades relevantes para o lugar a que se candidata ou quaisquer outros elementos que o candidato entenda relevantes para a apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência;
- b) Documentos comprovativos da formação profissional, com a indicação das respectivas datas, duração e entidades promotoras;
- c) Fotocópia de documento das habilitações literárias;
- d) Documento de registo biográfico emitido pelo serviço de origem;
- e) Fotocópias completas das fichas de notação/avaliação de desempenho relativas aos últimos quatro anos;
- f) Declaração emitida pelo serviço ou serviços a que o candidato esteve vinculado ou exerce funções expressando o conteúdo funcional deste durante os últimos quatro anos;
- g) Fotocópia do bilhete de identidade;
- h) Outros documentos comprovativos de situações referidas pelos candidatos.

10 — O júri pode exigir a qualquer candidato a apresentação de documentação comprovativa das suas declarações.

11 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

12 — Composição do júri:

Presidente — Mestre Helena Maria José Alves Borges, secretária-geral-adjunta do Ministério da Justiça.

Vogais efectivos:

- 1.º Licenciado João Carlos Sousa Rosa Encarnação Guedes, director de serviços do Ministério da Justiça.
- 2.º Prof.ª Doutora Manuela Duarte, docente universitária.

Vogais suplentes:

- 1.º Licenciada Elisa da Silva Flores, chefe de divisão do Ministério da Justiça.
- 2.º Prof.ª Doutora Manuela Faia Correia, docente universitária.

2 de Março de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 6375/2006 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Justiça de 23 de Fevereiro de 2006:

Licenciado Paulo Joaquim da Mota Osório Dá Mesquita, procurador-adjunto — autorizada, a seu pedido, a cessação de comissão de serviço como docente do Centro de Estudos Judiciários, com efeitos a 31 de Março de 2006.

3 de Março de 2006. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 3491/2006 (2.ª série). — 1 — Para os devidos efeitos, e nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e no artigo 77.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, faz-se público que foram distribuídas as listas de antiguidade dos funcionários das carreiras do regime geral dos tribunais de 1.ª instância reportadas a 31 de Dezembro de 2005.

2 — As mesmas poderão ser consultadas na sede da Direcção-Geral da Administração da Justiça, nas suas delegações de Coimbra, Évora e Porto, e nas secretarias dos tribunais judiciais e dos tribunais administrativos e fiscais.

3 — De acordo com o artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99 e com o artigo 78.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, as eventuais reclamações deverão ser formalizadas no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso e dirigidas à directora-geral da Administração da Justiça.

1 de Março de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Despacho (extracto) n.º 6376/2006 (2.ª série). — Por despachos de 1 de Março de 2006 do subdirector-geral, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005), as contratadas a termo certo ao abrigo dos Decretos-Leis

n.ºs 81-A/96, de 21 de Junho, e 195/97, de 31 de Julho, são nomeadas definitivamente, precedendo concurso, auxiliares de limpeza nos seguintes tribunais, a auferir pelo escalão 1, índice 123:

Ilda Maria Alves Fernandes Antunes — Tribunal da Comarca de Abrantes.
 Júlia Cândida da Silva Justino Patronilho — Tribunal da Comarca de Albergaria-a-Velha.
 Maria Teresa da Silva Correia e Paula Cristina da Silva Correia — Secretária-Geral do Tribunal da Comarca de Barcelos.
 Ilda Rosa Ribeiro Tavares — Tribunal da Comarca de Carrazeda de Ansiães.
 Maria Emília Castro — Tribunal da Comarca de Fafe.
 Natércia Silvina Vitorino Serápio — Tribunal da Comarca de Ourique.
 Maria de Fátima da Silva Machado — Tribunal de Execução de Penas do Porto.
 Guilhermina Ferreira Jorge — Tribunal da Comarca de Porto de Mós.
 Idalina Paula Rodrigues Pires Coelho e Maria Idalina Cardoso Pinto Rodrigues — Tribunal da Comarca de Tomar.
 Zulmira Sales Ferreira Lapidro Miranda e Maria Adelaide Baptista Varela Junceira — Tribunal da Comarca de Torres Vedras.
 Maria Teresa da Graça Santos — Tribunal da Comarca de Vouzela.
 Rosa de Jesus Gomes da Costa — Tribunal do Trabalho de Santo Tirso.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Março de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 6377/2006 (2.ª série). — Por meus despachos de 3 de Março de 2006, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005, as contratadas a termo certo ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 81-A/96, de 21 de Junho, e 195/97, de 31 de Julho, são nomeadas definitivamente, precedendo concurso, auxiliares de limpeza nos seguintes tribunais, a auferir pelo escalão 1, índice 123:

Maria José Pires Ferreira Lopes — Tribunal da Comarca de Abrantes.
 Bárbara Emídio do Sacramento Filhó — Tribunal da Comarca de Ferreira do Alentejo.
 Maria de Fátima Gonçalves dos Santos Ramos — Tribunal da Comarca de Ponta do Sol.
 Cecília Henriques Tavares Nogueira da Rocha — Tribunal da Comarca de São Pedro do Sul.
 Maria Emília da Costa Fernandes — Secretária-Geral do Tribunal da Comarca de Vila do Conde.
 Maria de Fátima da Silva Gonçalves Mesquita — Tribunal do Trabalho de Vila Nova de Famalicão.
 Agostinha de Abreu Pestana Gouveia — Tribunal de Família e de Menores do Funchal.
 Maria Deolinda Podence — Tribunal da Comarca de Mirandela.
 Maria José Figueirinhas Alves da Cruz — Tribunal da Comarca de Odemira.
 Maria de Lurdes da Luz Carneiro — Secretária-Geral do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Famalicão.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Março de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

Despacho (extracto) n.º 6378/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 27 de Fevereiro de 2006:

Mestre João Nuno Zenha Martins — nomeado, ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 89/2001, de 23 de Março, consultor do Departamento de Política Legislativa e Planeamento do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, com efeitos a partir de 1 de Março de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Fevereiro de 2006. — A Directora, *Rita Brasil de Brito*.

Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça

Aviso n.º 3492/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada para consulta no placard existente no hall de entrada deste Instituto a lista de antiguidade de 2005 do pessoal do quadro do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça, afecto à função pública.

Da referida lista cabe reclamação a deduzir no prazo de 30 dias consecutivos a contar da publicação deste aviso.

7 de Março de 2006. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, o Vogal, *Feliciano Martins*.

Instituto Nacional de Medicina Legal

Aviso n.º 3493/2006 (2.ª série). — Faz-se público que, por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça de 21 de Fevereiro de 2006, foi autorizada a prorrogação do contrato administrativo de provimento celebrado com a licenciada Tânia Mayumi Shimizu, ao abrigo do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 112/98, de 24 de Abril, aplicável ao internato médico de medicina legal por força do disposto nos artigos 72.º e 74.º do Decreto-Lei n.º 11/98, de 24 de Janeiro.

6 de Março de 2006. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Aviso n.º 3494/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente, Dr. Alfredo Marques, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro de 7 de Dezembro de 2005:

Licenciada Ana Maria Leiroz Ferreira Botelho — autorizada a seu pedido a requisição para a Delegação Regional da Cultura do Centro, com efeitos a 1 de Janeiro de 2006, pelo que cessa funções como chefe de divisão do Centro de Documentação e Informação, com efeitos a 31 de Dezembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Fevereiro de 2006. — A Administradora, *Maria Isabel Azevedo*.

Aviso n.º 3495/2006 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Fevereiro de 2006 do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, foi autorizada a requisição, por um ano, para a Câmara Municipal de Águeda, de José Carlos Moreira Amaral, assessor principal do quadro da CCDRC, com efeitos a 1 de Março de 2006, cessando, a seu pedido, as funções de director do Gabinete de Apoio técnico de Figueiró dos Vinhos.

Por despacho de 7 de Fevereiro de 2006 do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, foi autorizada a licença sem vencimento, por um ano, de Jorge Manuel Ferraz Festas, assessor do quadro da CCDRC/GAT, afecto ao Gabinete de Apoio Técnico de Santa Comba Dão, com efeitos à data do presente despacho.

6 de Março de 2006. — A Administradora, *Maria Isabel Azevedo*.

Despacho n.º 6379/2006 (2.ª série). — Considerando que, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, se mantém transitoriamente em vigor as estruturas orgânicas e dos serviços da ex-CCDRC e da ex-DRAOT do Centro até à definição da nova estrutura dos serviços da CCDRC;

Encontrando-se vago o cargo de director de serviços do Departamento Regional de Prospectiva e Planeamento da Comissão de Coordenação Regional do Centro, lugar criado na estrutura orgânica deste serviço pela alínea *a*) do n.º 1 dos artigos 21.º e 23.º e previsto no mapa II do anexo referido no n.º 1 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 224/2001, de 9 de Agosto;

Importando assegurar a coordenação e a regular prossecução das atribuições e competências cometidas a esta unidade orgânica;

Reunindo o licenciado Bernardo José Gouveia de Campos, assessor principal do quadro de pessoal desta CCDR, os requisitos legais exigíveis e o perfil pretendido para o exercício do referido cargo:

Nomeio, no uso da competência própria conferida pela alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º e ao abrigo do artigo 27.º, ambos do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o licenciado Bernardo José Gouveia de Campos para exercer, em regime de substituição, o cargo de director de serviços do Departamento Regional de Prospectiva e Planeamento da Comissão de Coordenação Regional